

**GT 03 – Movimentos Sociais, Sujeitos e Processos Educacionais****EDUCAÇÃO DO CAMPO COMO EXPOENTE DAS LUTAS E CONQUISTAS DOS  
MOVIMENTOS SOCIAIS**Antonio Oziélton de Brito Sousa (UECE)<sup>1</sup>Gabrielle Nascimento Lopes (UECE)<sup>2</sup>Paulo Martins Pio (UECE)<sup>3</sup>**INTRODUÇÃO**

Considerando que a atual sociabilidade, caracterizada como capitalista, não é um mecanismo social imutável, pois a história é construída permanentemente por meio da práxis humana, entendemos que uma nova sociedade, mais justa e menos desigual seja possível, pois a crise do capital se configura como a crise da visão de mundo moderna, mostrando que é possível construir a sociedade a partir de um outro ponto de vista que não seja o do mercado, fundado na propriedade privada e no lucro.

Diante dessa conjuntura, vem ganhando espaço os movimentos sociais, pois a crise da modernidade mostra que o real é um complexo composto por diversos espaços, nos quais grupos se articulam em torno de demandas e propostas sociais. Assim, os movimentos sociais passam a ser vistos na contemporaneidade como “[...] laboratórios de criatividade, nos quais se testam novas alternativas societárias. Não se trata de projetos globais de discutida

---

<sup>1</sup> Mestrando do Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino da Universidade Estadual do Ceará (MAIE/UECE). Bolsista da CAPES. Professor da Educação Básica.

<sup>2</sup> Mestranda do Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino da Universidade Estadual do Ceará (MAIE/UECE). Bolsista da FUNCAP. Graduada em Pedagogia.

<sup>3</sup> Mestrando do Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino da Universidade Estadual do Ceará (MAIE/UECE). Graduado em Pedagogia.

aplicação, mas de experiências localizadas e concretas, talvez mais eficazes e com potencial efeito multiplicador” (SCHERER-WARREN, 1996, p.07).

Para elaborarmos o presente estudo, partimos do pressuposto de que os movimentos sociais surgem em contraposição às diversas formas de autoritarismo, o qual é resultado da agência das elites e da maneira como as classes dominadas e subalternas se submetem e reproduzem em suas próprias práticas cotidianas este autoritarismo. Realizamos reflexões acerca do papel dos movimentos sociais do campo, e mais especificamente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), para constituição de uma educação do campo que atenda as reais necessidades dos camponeses.

Problematizamos até que ponto uma prática educacional institucionalizada voltada para a população do campo está em consonância com o que foi reivindicado. Com isso, evidenciamos o Projovem Campo – Saberes da Terra como uma prática educacional institucionalizada, conquistada a partir das lutas dos movimentos camponeses e voltada para a população do campo, destacando a atuação dos movimentos sociais que vêm se reconfigurando para se readequarem às novas realidades sociais. Isso possibilita o estabelecimento de um maior equilíbrio das forças divergentes entre Estado – representante dos grupos dominadores, opressores e burocráticos – e sociedade civil – excluídos, oprimidos e dominados que constituem agrupamentos dos diversos atores sociais considerando necessidades específicas.

Construímos uma discussão sobre os fatores que levaram ao surgimento dos movimentos sociais; seguido de considerações sobre o processo de dominação sofrido na América Latina, gerando diversas formas de colonialidade; destacamos os movimentos sociais como sujeitos contra hegemônicos que dão respostas descoloniais aos processos de dominação endógenos e exógenos, chegando a uma análise das conquistas dos sujeitos e grupos historicamente oprimidos; ao final, constatamos que mesmo os movimentos sociais não sendo movimentos de educação, eles a tem como um dos componentes fundamentais para lutar contra as formas de opressão e dominação. Assim, a educação é um campo de intervenção dos movimentos e o Projovem Campo – Saberes da Terra é uma expressão das conquistas realizadas por meio da luta e simboliza o aumento do diálogo entre sociedade civil e Estado.

## EDUCAÇÃO DO CAMPO E AÇÕES DESCOLONIAIS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Partindo do pressuposto de que na América Latina e conseqüentemente no Brasil tem se configurado nas últimas décadas o predomínio de uma formação histórica reprodutora das desigualdades sociais, naturalizando a opressão, dominação e submissão de uns em relação aos outros, concebemos que a constituição desse *locus* de subalternidade se dá por meio de dominações endógenas e exógenas, configurando uma nova forma de exploração que se mantém mesmo após o fim da colonização oficial, elas são denominadas de colonialidade e se manifestam por meio do saber, do ser e do poder.

O processo de colonização realizado pela Europa foi marcado por processos de dominação que se firmavam prioritariamente pela desconstrução das identidades já existentes nos territórios que os colonizadores chamaram de África e América. Terminado o período colonial, teve fim a colonização oficial, mas mantêm-se até a contemporaneidade práticas de dominação e exploração que Quijano (2005) denomina como um processo de colonialidade, a qual deve ser entendida como as relações coloniais de exploração que se mantêm no mundo contemporâneo ou modernidade tardia em que a dominação se dá pelas elites locais e mundiais, fazendo com que a exploração, muitas vezes implícita, ocorra interna e externa ao povo dominado.

As formas de dominação estão tão arraigadas na América Latina que é possível atribuir diversos aspectos da colonialidade, pois ela se manifesta nas diversas práticas sociais, merecendo atenção aquelas que mais contribuem para a manutenção da exploração, a saber: colonialidade do poder, colonialidade do ser e colonialidade do saber. Fica visível que a manutenção da colonialidade se dá por meio das relações de poder, é o poder, pois, que permite a construção de espaços e seres dominados. É preciso conceber que:

[...] colonialidade do poder estabelecida sobre a ideia de raça deve ser admitida como um fator básico na questão nacional e do Estado-nação. O problema é, contudo, que na América Latina a perspectiva eurocêntrica foi adotada pelos grupos dominantes como própria e levou-os a impor o modelo europeu de formação do Estado-nação para estruturas de poder organizadas em torno de relações coloniais (QUIJANO, 2005, p. 247).

Considerando o eurocentrismo, enquanto padrão de poder mundial, de modo que a Europa, pretensamente, tem sido a produtora original e singular da modernidade, e que a colonialidade possibilita a construção e manutenção de identidades dominadas e

dominantes, ressalta-se que por ser a América Latina um território formado por povos diversos, construiu-se um espaço contra-hegemônico e, portanto, com fortes movimentos de descolonialidade. Nessa conjuntura, fica claro que:

[...] a racionalidade eurocêntrica pode ser levada a admitir a crítica e o debate de seus elementos de distorção, e mais recentemente de sua colonialidade. Nessa medida e nessas condições foi um dos fundamentos centrais da legitimação mundial das ideias de igualdade social, de liberdade individual, e de solidariedade social que legitimou as lutas dos explorados, dos dominados, dos discriminados, não só contra seus opressores, não só para mudar de lugar no poder, mas também contra a opressão, contra o poder, contra todo poder (QUIJANO, 2002, p.17).

De acordo com o autor, fica evidente que as lutas dos explorados se legitimam pela busca de igualdade social, liberdade individual e solidariedade social. É isso que legitima as lutas dos explorados contra seus opressores, haja vista que está em fluxo, na América Latina, um movimento de descolonialidade, construindo novos papéis para os diversos sujeitos que historicamente foram obrigados a assumir papéis de dominados impostos pelos senhores do capital.

O enfrentamento da modernidade eurocentrada ocorre por meio de inúmeras respostas críticas descoloniais, provenientes dos lugares subalternos e dos povos colonizados. A maior expressão desse processo está nas lutas dos movimentos sociais populares, os quais são bastante expressivos na América Latina.

Considerando os pressupostos teóricos defendidos por Gohn (2011, p.13), “vemos os movimentos sociais como ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas”. Através dos discursos e práticas, os movimentos sociais criam identidades e ressignificam as práticas, possibilitando que os sujeitos excluídos que passam a fazer parte de um grupo, sintam-se incluídos e motivados a lutar contra a dominação expressa na colonialidade, vivenciando um processo de inclusão e formação de grupos. Por outro lado, o discurso também pode ser usado como instrumento de dominação e opressão quando coloca os camponeses numa condição subalterna e dependente dos detentores do poder.

No contexto de dominação, surgem ações contra hegemônicas materializadas nas ações dos diversos movimentos sociais, essas ações são consideradas descoloniais, pois se impõem contra as formas de dominação e contra o próprio poder, constituindo por meio da práxis cotidiana práticas libertadoras, com isso, fazem a história a partir uma nova visão de mundo, por meio de uma concepção emancipada acerca da construção das relações sociais, desconsiderando o padrão eurocêntrico.

É a partir de 1970, com os novos movimentos sociais que as mobilizações da sociedade civil ganham aspecto de continuidade e têm a possibilidade de dissolver as diversas formas de opressão e dominação das elites internas e externas à região. Diante disso, concordamos que:

Levando-se em consideração outros momentos de mobilização da sociedade civil (como antes de 1930, com o anarquismo; antes de 1964, com alguns setores sindicais e as esquerdas tradicionais; logo após 64 com a nova esquerda e grupos de resistência armada), verifica-se como estes não apresentaram garantia de continuidade e de capacidade de corrosão das formas autoritárias e excludentes das elites no poder (SCHERER-WARREN, 1996, p.50-51).

Passado esse longo período de ausência de mobilização ou repressão da sociedade civil em decorrência da opressão do Estado, surgem novos movimentos sociais que vão além da luta por melhores condições de vida, eles se configuram como verdadeiros produtores da história e contribuem significativamente para a construção de uma nova forma de sociabilidade. Isso passa a ser feito a partir da luta constante dos diversos grupos organizados contra o autoritarismo expresso no Estado, nos partidos e nas relações sociais.

Novas relações são estabelecidas a partir das condições reais e os próprios movimentos – antigos e novos - se configuram distintamente dependendo da região em que se desenvolvem. Se considerarmos, por exemplo, o Brasil, veremos que as organizações sindicais, os movimentos feminista, sem terra, de bairro, ecológico, étnicos e outros se configuram diferentemente em cada região, pois mesmo vivendo em um país com modelo econômico, social e político único, as práxis cotidianas mostram que é no fazer que o local e o universal dialogam e constituem novas práticas.

Os movimentos sociais que se constituem no Brasil e na América Latina a partir da década de 1970 caracterizam-se por possuir um potencial transformador alicerçado no fortalecimento da sociedade civil, eles contribuíram para o processo de criação de uma nova cultura, o que antes era lutar para suprir as necessidades, as carências, a partir de 1970 passou a ser também a luta por direitos, pela conquista da cidadania, o foco era a luta pelo direito a ter direitos. Isso fez com que o ideal norteador dos movimentos sociais passasse a ser:

[...] o da criação de um novo sujeito social, o qual redefine o espaço da cidadania. O sentimento de uma tripla exclusão relativa – econômica, política, e cultural/ideológica – sempre presente na história brasileira, mas que se acentua consideravelmente durante os anos mais duros do regime militar, está no bojo dos movimentos que vão se organizando. Assim, defende-se o direito de participar do consumo de bens e equipamentos coletivos, através dos Movimentos Sociais Urbanos; o direito a permanecer na moradia e na terra ocupada, pelo Movimento dos Favelados; o direito à terra para o trabalho, pelo Movimento dos Sem-Terra ou de

preservar as terras produtivas, pelo movimento das barragens; o direito a uma vida mais sadia, pelo Movimento Ecológico; o direito a não serem discriminados culturalmente, pelos Movimentos Étnicos e assim por diante (Scherer-Warren, 1996, p.54).

Os movimentos se constituem por meio da participação popular e, ao negar o modelo político existente, contribuem para a criação de uma nova sociabilidade. Muitas das decisões tomadas pelo Estado passam a ser contestadas por meio de inúmeras formas de protestos, os quais materializam a luta pelo direito a ter direitos, fortalecendo a força comunitária para a constituição histórica de grupos.

A postura dos novos sujeitos sociais tem como base a Teologia da Libertação, movimento descolonial que se constitui a partir da realidade endógena da América Latina e tem como princípio norteador a opção preferencial pelos pobres e o engajamento na luta contra a opressão, desencadeando um processo de libertação, que se dá via movimentos sociais, os quais defendem que:

[...] as lutas pela redefinição da cidadania, (num sentido mais pleno: econômico, político e social), a deslegitimação de decisões tomadas autoritariamente pelo Estado, o fortalecimento das relações comunitárias em seu sentido político, a forma de agir pela resistência ativa não violenta, a tentativa de democratização das práticas cotidianas e a busca de autonomias relativas são espaços que os NMS estão abrindo para a construção de uma sociedade mais democrática (SCHERER-WARREN, 1996, p.60).

O que a teórica denomina de Novos Movimentos Sociais (NMS), configura-se como as formas de organização que surgem a partir da segunda metade da década de 1970. Os quadros sociais criados a partir de então servirão de base para a constituição dos movimentos sociais emergentes no século XXI, momento histórico a partir do qual, segundo Gohn (2011), passarão a conviver antigos e novos atores no interior dos movimentos sociais, os quais mudam suas ações de reivindicatórias para propositivas.

Na atualidade, os movimentos sociais atuam por meio das redes sociais e se estabelecem a nível local, regional, nacional e internacional, tendo como principal meio de comunicação e interação via internet. A continuidade e a ruptura no interior dos movimentos são latentes, pois ao se tornarem atividades criativas e inovações socioculturais, resgatam as lutas do passado para significar as do presente, mas a experiência de cada movimento é construída nos enfrentamentos do cotidiano, e não herdada do passado. A respeito dos movimentos sociais no século XXI, defendemos que:

A experiência que são portadores não advém de forças congeladas do passado – embora este tenha importância crucial ao criar uma memória que, quando resgatada, dá sentido às lutas do presente. A experiência se recria cotidianamente na adversidade de situações que enfrentam (GOHN, 2011, p.14).

Vale salientar que os denominados Novos Movimentos Sociais, em cena a partir da segunda metade de 1970, contribuíram para realização de mudanças na conjuntura política de diversos países da América Latina, inclusive o Brasil. As mudanças ocorridas foram decorrentes de inúmeras ações reivindicatórias em um período em que os movimentos se colocavam como antagônicos ao Estado. A nova situação política, em que diversos setores da esquerda passaram a ter seus representantes ocupando cargos públicos, possibilitou que o perfil dos movimentos sociais se alterasse no século XXI.

A ressignificação se deu principalmente na mudança de postura, pois os movimentos tornaram-se ativos e propositivos, passando a ter ações voltadas para a formação humana e construção de agendas emancipatórias, nas quais as realidades sociais são diagnosticadas, propostas são construídas e discussões são realizadas para que possam ser incluídas nas agendas governamentais. Vale ressaltar que, na contemporaneidade, o trabalho dos movimentos sociais não para por aí, pois seus atores se incluem nos conselhos, audiências, seminários, palestras e encontros sobre as temáticas pertinentes à luta de cada grupo organizado, e mais do que propor, eles passam a fiscalizar e a acompanhar as ações do poder público, garantindo que as necessidades dos sujeitos historicamente oprimidos pelo sistema sejam atendidas.

## **CONTRIBUIÇÕES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS PARA A EDUCAÇÃO DOS CAMPONESES**

Com o avanço das políticas neoliberais surgem inúmeros movimentos sociais e outros já existentes tem suas lutas fortalecidas pela necessidade de se impor contra o modelo de sociedade proposto pelo capitalismo globalizado e propor uma nova forma de sociabilidade, combatendo as desigualdades sociais geradas pelo capitalismo.

Na América Latina e mais especificamente no Brasil, a partir de 1970, ganha destaque os movimentos sociais populares no campo e na cidade. Dentre os que tiveram e tem maior repercussão pela organização e conquistas realizadas está o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), cuja dimensão espacial transcende o território nacional, uma vez que integra a rede de movimentos sociais Via Campesina formando uma

articulação internacional de organizações camponesas de pequenos e médios agricultores, trabalhadores agrícolas, mulheres rurais e de povos indígenas, representando o enfrentamento da modernidade eurocentrada.

A rede de movimentos sociais Via Campesina, e portanto o MST, visa promover a descolonialidade do poder, do ser e do saber no mundo moderno. Mesmo surgindo no período dos Novos Movimentos Sociais, a partir dos quais a participação cidadã ganha ênfase, é preciso ficar claro que:

[...] o MST não se enquadra na tradicional categoria acadêmica “novos movimentos sociais”, cuja inserção na sociedade implica renúncia à política de partidos. Pelo contrário, o MST é um movimento cujas novidades residem na estruturação nacional, na permanente mobilização, na autonomia política e na crítica radical do latifúndio capitalista e do Estado neoconservador (VENDRAMINI, 2000, p.15).

Assim, as ideologias do MST são frutos da construção de uma consciência descolonial, cuja constituição ocorre por meio da percepção de que o padrão eurocêntrico de poder se estabeleceu a partir da exploração e dominação da América Latina. Com a manutenção da colonialidade, fica claro que o sofrimento atinge principalmente os povos e grupos etnicamente marcados por ela como subalternos: negros, índios, quilombolas, agricultores, ribeirinhos, moradores de rua. Muitos deles foram recrutados pelo MST para participarem de acampamentos e ocupações rurais. Toda essa dinâmica possibilita que o MST comporte características dos antigos e novos movimentos sociais, constituindo-se como um movimento singular, isso é possível uma vez que:

O MST surge em nosso cenário político e econômico propondo-se a lutar por mudanças sociais no país e pela construção de uma “sociedade sem exploradores e explorados” a partir da superação da propriedade privada dos meios de produção, o que considera ser a estrutura central que sustenta a constituição das relações sociais nos moldes necessários para a manutenção do modo de produção capitalista (GOHN, 2011, p.114).

A partir das lutas dos movimentos, ganha ênfase no Brasil diversos projetos e programas educacionais com intuito de atender as demandas reivindicadas pelos diversos setores da sociedade, inclusive as necessidades expressas nas lutas do MST, que desde 1970 e de maneira mais expressiva na década de 1990 se fortalecem em toda América Latina.

Considerando que entre outros mecanismos utilizados para manter o padrão eurocêntrico de poder está a educação tradicional, materializada na instituição social que se convencionou chamar de escola, entende-se que ela contribui para a manutenção do processo de colonialidade. Sendo o MST um movimento contra-hegemônico, que tem como principal

bandeira a reforma agrária, iniciou uma luta pelo direito a educação do campo e no campo, de modo que a educação foi conquistando lugar no interior do próprio MST, que tinha as estratégias políticas e a ocupação da terra como prioridades. Isso se deu porque o modelo de educação adaptado do espaço urbano para o rural não vem atendendo as necessidades da população do campo, e notavelmente o modelo educacional hegemônico contribui para a manutenção da colonialidade do poder, do ser e do saber. Diante disso, podemos defender que:

[...] a educação do campo não emerge no vazio e nem é iniciativa das políticas públicas, mas emerge de um movimento social, da mobilização dos trabalhadores do campo, da luta social. É fruto da organização coletiva dos trabalhadores diante do desemprego, da precarização do trabalho e da ausência de condições materiais de sobrevivência para todos (VENDRAMINI, 2007, p.123).

Muitas têm sido as conquistas dos camponeses, no que concerne a construção de um projeto educacional para o campo que visa à libertação dos oprimidos, ou seja, se impondo como um antagonista às forças dominantes vigentes, buscando a construção das bases de um projeto de descolonialidade.

As discussões sobre educação do campo se intensificam no Brasil a partir de 1990, com a realização de encontros nacionais, conferências, seminários, culminando com a criação de leis e programas que demonstram o fortalecimento da educação do campo na política educacional.

Porém, apenas com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira em 1996 (LDB 9394/96) é que a educação do campo começa a ganhar espaço nas políticas públicas, pois a lei afirma, em seu artigo 28, a possibilidade de adequação curricular e metodologias apropriadas ao meio rural. Posteriormente, com o Plano Nacional de Educação, abre-se a partir de 2001 um espaço para conquistas resultantes da força dos movimentos sociais, ocorrendo a aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, nas quais fica claro que:

A educação do campo, tratada como educação rural na legislação brasileira, tem um significado que incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, mas os ultrapassa ao acolher em si os espaços pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos e extrativistas. O campo, nesse sentido, mais do que um perímetro não-urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações de sociedade humana (BRASIL, 2001, p. 1).

Além de estabelecer o que é a educação do campo, enquanto modalidade de ensino, as diretrizes reafirmam o discurso do MST, propondo a possibilidade e necessidade de elaborar propostas pedagógicas que:

Valorizem, na organização do ensino, a diversidade cultural e os processos de interação e transformação do campo, a gestão democrática, o acesso do avanço científico e tecnológico e respectivas contribuições para a melhoria das condições de vida e a fidelidade aos princípios éticos que norteiam a convivência solidária e colaborativa nas sociedades democráticas (BRASIL, 2001, p. 25).

Merece destaque o Programa Nacional de Educação em áreas de Reforma Agrária (PRONERA), a Pedagogia da Terra, e mais recentemente a Licenciatura em Educação do Campo e o Projovem Campo – Saberes da Terra.

Dentre os programas supracitados, voltamos a atenção para o Projovem Campo – Saberes da Terra, por estar destinado à população do campo que já passou por processos iniciais de alfabetização, não concluíram o ensino fundamental e necessitam dar continuidade aos estudos. Ratifique-se que essa constitui uma política que busca atender as necessidades educacionais por meio da elevação da escolaridade associada à qualificação social dos agricultores ou filhos de agricultores, visando ampliar o acesso e a qualidade a essa parcela da população historicamente excluída dos diversos processos educacionais, respeitando as peculiaridades locais, considerando as necessidades e pluralidades de gênero, etnia, cultura, economia, política, territorial e produtiva dos moradores do campo.

De acordo com a equipe executiva do programa, o ProJovem Campo – Saberes da Terra se configura numa ação integrada entre o Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) e da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC); o Ministério do Desenvolvimento Agrário por meio da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) e da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT); o Ministério do Trabalho e Emprego por meio da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE) e da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES); o Ministério do Meio Ambiente por meio da Secretaria de Biodiversidade e Floresta (SBF); o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) vinculada à Presidência da República.

O programa está centrado nos jovens camponeses de 18 a 29 anos, pois a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 2006 aponta para um total de 6.276.104 jovens nesta faixa etária que vivem nas áreas rurais. Desses, 1.641.940 jovens não concluíram

o primeiro segmento do ensino fundamental, representando 26,16% do total e 3.878.757, (61,80%) não concluíram a segunda etapa do Ensino Fundamental.

Tendo em vista que o eurocentrismo é principalmente uma violência epistemológica, pois o processo de dominação, os atos de colonialidade passam necessariamente pelo (des)conhecimento, entende-se que o Projovem Campo – Saberes da Terra é uma conquista da população do campo e deve prover uma educação libertadora, possibilitando o processo de descolonialidade . Assim, esperamos que a educação seja realizada numa perspectiva emancipadora. Para tanto, deve-se considerar que:

Há perguntas a serem feitas insistentemente por todos nós e que nos fazem ver a impossibilidade de estudar por estudar. De estudar descomprometidamente como se misteriosamente, de repente, nada tivéssemos que ver com o mundo, um lá fora e distante mundo, alheado de nós e nós dele. Em favor de que estudo? Em favor de quem? Contra que estudo? Contra quem estudo?(FREIRE, 1981, p.31)

Considerando educação como um processo de construção social, especificamente humano, que contribui para mudanças, concordamos com Freire (1981) ao postular que todo processo educacional é uma forma de intervenção no mundo. Além do conhecimento dos conteúdos bem ou mal ensinados e/ou aprendidos, implica tanto o esforço de reprodução da ideologia dominante como o seu desmascaramento. Por meio de iniciativas que contribuam para a emancipação, é possível constituir sujeitos críticos e resistentes à dominação imposta pelo padrão de poder eurocêntrico, promovendo o processo de descolonialidade, contribuindo para a libertação tão necessária à nossa sociedade vítima da colonialidade.

Construir uma educação visando à emancipação implica necessariamente no reconhecimento das diferenças, negar as diferenças é uma maneira de não atender as necessidades dos diversos grupos que compõem a sociedade contemporânea. Se a educação passa a ser oferecida considerando a existência de grupos específicos, então, torna-se possível pensar novos modelos educacionais e conseqüentemente realizar novas práticas distintas do que preconiza o padrão imposto pelo modelo educacional hegemônico. Tais particularidades são consideradas no Projeto Político Pedagógico do Projovem Campo ao conceber o:

[...] campo como um universo socialmente integrado ao conjunto da sociedade brasileira e ao contexto atual das relações econômicas internacionais, mantendo particularidades históricas, sociais, culturais e ecológicas que o diferenciam de qualquer espaço social e produtivo (BRASIL, 2009, p.27).

Novos sujeitos requerem novas formas de ensinar e aprender. Com os jovens e adultos do campo não funcionam métodos tradicionais provenientes da escola regular, eles querem aprender, mas, para a vida, e esperam que a aprendizagem tenha significado.

Torna-se imprescindível que as práticas educacionais que se propõem a contribuir para a libertação considerem o cotidiano dos alunos, pois é a partir da construção de uma consciência crítica sobre a realidade em que estão inseridos que os sujeitos podem começar a se impor contra os diversos tipos de dominação. Constituindo-se parte do processo possibilitam uma maior compreensão da realidade, evitando a afirmação e reprodução das formas de dominação local, promovendo o caráter emancipatório nas lutas e ações do dia a dia. Assim, podemos contribuir significativamente para promover a descolonialidade do saber, que por sua vez, impacta diretamente na descolonialidade do poder e do ser.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante da exposição que realizamos, é preciso entender a educação tanto como sendo um projeto vinculado a pequenas ações locais e também a um projeto de campo e de sociedade, algo mais global. A luta por educação expressa um início de algo muito maior, a batalha por um projeto de uma nova sociabilidade anticapitalista, contra-hegemônico, descolonial e emancipada. Os movimentos sociais são educadores do coletivo da massa, pois a luta tem uma intenção, um projeto de sociedade, por isso, a educação é um campo de intervenção dos movimentos.

Os movimentos sociais não são lineares nem evolutivos, eles se detêm às necessidades do momento histórico em que se constroem. Como na atualidade, há uma necessidade social política e econômica de educação formal, sistemática e escolar, há um empenho do MST e dos diversos movimentos do campo para que suas práticas cotidianas educacionais sejam elevadas e aceitas nas categorias formal, sistemática, escolar, pois atendem as reais necessidades dos moradores do campo. Isso possibilita a promoção de um movimento dialético entre o local e o global.

Reconhecemos que o Projovem Campo – Saberes da Terra configura-se como uma das conquistas resultantes das lutas dos movimentos do campo, mais especificamente do MST. Foram as experiências gestadas nesse movimento, por meio de ações educativas denominadas Saberes da Terra, que serviram de base para a construção de um projeto de educação do campo a nível federal, uma política pública educacional pensada a partir dos sujeitos do campo, no campo e para o campo.

Não estamos atestando a eficácia do programa ou afirmando que nele estão contempladas todas as necessidades educacionais dos povos do campo, apenas enfatizamos que ele se materializa como uma conquista dos camponeses. Trata-se de uma ação descolonial, e contra-hegemônica, a resposta veio em decorrência da pressão sofrida pelo Estado para oferecer educação adequada aos camponeses. Vale ressaltar que saber se essa política pública atende realmente as necessidades reivindicadas pelos movimentos e se ela se materializa como contra-hegemônico e revolucionário é objeto para estudos posteriores.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Brasília, DF, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Projeto Político Pedagógico**. Projovem Campo Saberes da Terra. Brasília, DF, 2009.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1981.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. 5. ed - Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. En libro: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Edgardo Lander (Org.). Colección Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. pp.227-278.

\_\_\_\_\_. **Colonialidade, poder, globalização e democracia**. Buenos Aires, Argentina: Novos Rumos, Ano 17, n. 37, 2002.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Ed. Loyola, 1996.

VENDRAMINI, Célia Regina. **Terra, trabalho e educação: experiências sócio-educativas em assentamentos do MST**. Ijuí: Editora Unijuí. 2000.

\_\_\_\_\_. Educação e trabalho: reflexões em torno dos movimentos sociais do campo. **Caderno CEDES**, Campinas, v.27, n. 72, p.121-135, maio/ago.2007.